

O PAPEL DA CONTABILIDADE NA ADMINISTRAÇÃO DO RESULTADO DAS PEQUENAS E MÉDIAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS DA ZONA DA MATA MINEIRA

Charles Okama de Souza

Resumo:

Objetivou-se, com esta pesquisa, analisar o uso de um sistema de informação contábil, assim como o aproveitamento eficiente de suas informações, para tomada de decisões relacionadas ao gerenciamento, controle e ao desenvolvimento das atividades das pequenas e médias cooperativas agropecuárias da Zona da Mata Mineira. Especificamente, pretendeu-se analisar se os gestores das cooperativas fazem uso das informações e técnicas contábeis para tomada de decisões relevantes, verificar se as demonstrações contábeis das sociedades cooperativas são utilizadas no processo de tomada de decisões e quais os relatórios mais utilizados. Para se atingir os propósitos da pesquisa, aplicou-se questionário como instrumento de coleta de dados. Os dados foram tabulados e analisados por meio do software Statistics Package for the Social Science (SPSS for Windows, versão 10.0). Utilizou-se de análises estatísticas como a frequência e cruzamentos dos dados. Os resultados permitiram observar que a contabilidade fornece relatórios específicos e dos relatórios tradicionais, o Balanço Patrimonial é a principal demonstração para auxiliar o administrador no processo decisório, sendo o Presidente o principal usuário das informações.

Palavras-chave:

Área temática: *Gestão de Custos nas Empresas Agropecuárias e Agronegócios*

O PAPEL DA CONTABILIDADE NA ADMINISTRAÇÃO DO RESULTADO DAS PEQUENAS E MÉDIAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS DA ZONA DA MATA MINEIRA

RESUMO

Charles Okama de Souza

Universidade Federal de Viçosa

sramos@ufv.br

Objetivou-se, com esta pesquisa, analisar o uso de um sistema de informação contábil, assim como o aproveitamento eficiente de suas informações, para tomada de decisões relacionadas ao gerenciamento, controle e ao desenvolvimento das atividades das pequenas e médias cooperativas agropecuárias da Zona da Mata Mineira. Especificamente, pretendeu-se analisar se os gestores das cooperativas fazem uso das informações e técnicas contábeis para tomada de decisões relevantes, verificar se as demonstrações contábeis das sociedades cooperativas são utilizadas no processo de tomada de decisões e quais os relatórios mais utilizados. Para se atingir os propósitos da pesquisa, aplicou-se questionário como instrumento de coleta de dados. Os dados foram tabulados e analisados por meio do software Statistics Package for the Social Science (SPSS for Windows, versão 10.0). Utilizou-se de análises estatísticas como a frequência e cruzamentos dos dados. Os resultados permitiram observar que a contabilidade fornece relatórios específicos e dos relatórios tradicionais, o Balanço Patrimonial é a principal demonstração para auxiliar o administrador no processo decisório, sendo o Presidente o principal usuário das informações.

Termos para indicação da área temática: **7. Gestão de Custos nas Empresas Agropecuárias e Agronegócios.**

O PAPEL DA CONTABILIDADE NA ADMINISTRAÇÃO DO RESULTADO DAS PEQUENAS E MÉDIAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS DA ZONA DA MATA MINEIRA

1 INTRODUÇÃO

As cooperativas desempenham função importante no ambiente da economia brasileira e sua participação é fundamental para o desenvolvimento social, econômico, financeiro e político do país. Segundo dados da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), o Brasil possui cerca de 7.549 cooperativas, 5.258.644 cooperados e aproximadamente 171.395 pessoas diretamente empregadas pelo setor cooperativista (OCB, 2002).

Reconhecida a importância econômica e social das cooperativas no país, cabe questionar sobre as informações que essas organizações utilizam no seu processo de tomada de decisão. Estariam as cooperativas utilizando as informações contábeis como instrumento auxiliar de gestão?

A contabilidade é um importante instrumento que registra, mensura, capta, interpreta e analisa os fenômenos responsáveis pela mudança da situação patrimonial, financeira e econômica de qualquer organização seja qual finalidade tiver, ramo de atividade que atuar e forma jurídica que adotar. Conforme CHANDLER (1998) os sistemas de contabilidade e controle foram desenvolvidos a partir do momento que os administradores, para exercer efetivamente as funções primordiais de coordenação, monitoração e alocação nas empresas, desenvolveram novos métodos para exercer tais funções.

As cooperativas, assim como outras entidades, para serem geridas de maneira eficiente e se tornarem organizações bem estruturadas econômica e financeiramente, devem se valer do apoio de um sistema contábil organizado e eficaz. A contabilidade por meio dos demonstrativos contábeis - Balanço Patrimonial, Demonstrativo do Resultado do Exercício, Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos e Fluxo de Caixa - pode registrar e organizar os fatos administrativos para que se possa extrair informações importantes que darão maior grau de confiabilidade nas decisões a serem tomadas pelos gestores. A análise feita através dos demonstrativos contábeis, pode fornecer um diagnóstico das empresas apontando os pontos críticos e indicações para solução de seus problemas.

Percebe-se que muitos gestores de cooperativas, principalmente as não profissionalizadas, não atentaram para a importância do papel da contabilidade como um instrumento de apoio ao processo decisório.

Visando identificar o uso das informações contábeis pelas cooperativas propôs-se a realização dessa pesquisa, cujo objetivo geral foi analisar se as pequenas e médias cooperativas da Zona da Mata Mineira fazem uso de um sistema de informação contábil, assim como o aproveitamento eficiente dessas informações, para tomarem decisões relacionadas ao gerenciamento, controle e ao desenvolvimento de suas atividades econômicas e sociais. Especificamente pretendeu-se: analisar se os gestores das cooperativas fazem uso das informações e técnicas contábeis para tomada de decisões relevantes, verificar se as

demonstrações contábeis das sociedades cooperativas são utilizadas no processo de tomada de decisões e quais os relatórios mais utilizados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Alguns procedimentos Contábeis nas Cooperativas

A contabilidade pode ser aplicada a qualquer entidade com o intuito de conhecer os aspectos financeiros que alterem seu patrimônio. Através dela pode-se controlar os gastos, apurar os custos e orçar as atividades operacionais.

Nas sociedades cooperativas, a contabilidade apresenta certas peculiaridades. Pois o cooperativismo é regido por lei específica, a Lei nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971, em que estabelece o regime jurídico das sociedades cooperativas. Essa lei, em seu artigo 4º, define que: “*As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados*”. No entanto, a contabilidade deve seguir todos os seus princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade, objetivando o progresso da cooperativa assim como de todos envolvidos com ela.

As cooperativas possuem certas peculiaridades como o Capital Social formado por cotas-parte que são parcelas de igual valor subscritas pelos cooperados no Estatuto Social. A cooperativa não está sujeita a falência, por ser uma sociedade de pessoas, e a responsabilidade dos cooperados poderá ser limitada ou ilimitada às cotas-parte, conforme o estatuto social.

O Conselho Federal de Contabilidade por meio da norma brasileira de contabilidade (NBC T10. 8.1.4), determina que a movimentação econômico-financeira decorrente do ato cooperativo, na forma disposta no estatuto social, é definida como ingresso e dispêndios. Aquela originada do ato não cooperativo é definida como receitas, custos e despesas.

Entende-se por ato cooperativo aqueles atos que são praticados entre as cooperativas e os seus associados para a consecução dos objetivos sociais. Atos não cooperativos são aqueles que envolvem todas as demais operações da cooperativa que não englobam o associado de forma direta ou que não estão de acordo com o objeto social da entidade (atividades não operacionais). A distinção entre ato cooperativo e não cooperativo é feita porque os atos cooperativos gozam de isenção fiscal.

Outro procedimento importante refere-se à destinação do resultado das cooperativas. O lucro nas sociedades cooperativas é chamado de sobras e o prejuízo de perdas. As sobras do exercício, após as destinações legais e estatutárias, devem ser postas à disposição da Assembléia Geral para deliberação.

O Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo (CRCSP), em titulação intitulada Curso de Contabilidade Aplicada (1994) expõe o seguinte:

“As cooperativas são envolvidas em “escândalos” originados de fraudes, negócios ilícitos e má administração. E tais fatos são causados por existir uma legislação reguladora ultrapassada em relação a atual realidade do cooperativismo; falta de uma fiscalização operante e eficaz; falta de uma legislação cooperativista que exija formação e experiência dos dirigentes (associados) para ocuparem cargo na administração; falta de assessoramento dos órgãos vinculados ao

cooperativismo e pessoal qualificado em nível gerencial; falta de regulamentação pelo Conselho Nacional de Cooperativismo e algumas normas que propiciem melhor avaliação do desempenho das cooperativas, principalmente em relação ao aspecto econômico financeiro destas entidades (Governo, Fornecedores, Gestores, Empregados, Associados e etc.).”

Para MICHELS (1995) a contabilidade das sociedades cooperativas possui problemas de padronização em seus procedimentos de escrituração e registro dos fatos contábeis, pois faltam normas que determinam procedimentos padrões. Com isso, existe uma diversidade de critérios para se avaliar um mesmo evento econômico, tornando a comparação e análise das demonstrações contábeis complicadas, tanto entre diversas cooperativas quanto em diversos exercícios sociais de uma mesma cooperativa.

Ainda segundo o referido autor, existem procedimentos contábeis que geram controvérsias nas cooperativas agrícolas. Tais procedimentos estão relacionados com valores a receber, estoques de produtos, mensuração de ativos permanentes, mensuração de depreciação, exaustões e amortizações, e distorções na avaliação das dívidas etc.

2.2 Contabilidade como Sistema de Informação

Sistema é uma organização que possui dois ou mais componentes ou subsistemas, que interagem entre si para alcançarem um objetivo de mesmo interesse. Considerando este aspecto, a Contabilidade é um sistema, pois é formada por inúmeros componentes, podendo ser identificados como subsistemas, que interagem para atingir um objetivo comum. Um exemplo é a interação entre o sistema de registro (escrituração contábil) e o sistema de geração de Demonstrações Contábeis objetivando, em comum, informar aos diversos usuários da informação contábil a situação econômico-financeira do empreendimento (GIL, 1995, citado por FERREIRA NETO, 2002).

De acordo com SANTOS (1991) um sistema de informação contábil eficiente aliado ao bom senso do administrador em usar as informações, fornecem condições de diagnosticar pontos fracos e fortes de cada atividade produtiva e da empresa como um todo. Com as informações, pode-se interpretar, analisar e concluir inúmeros fatos com diversas finalidades. De acordo com HOFFMANN et al (1981); JAMES e STONEBERG (1980); NORONHA (1987); e SANTOS (1991), as finalidades das informações contábeis são as seguintes:

- 1-orientar as operações de rotina;
- 2-medir o desempenho econômico financeiro da empresa e de cada atividade produtiva individualmente;
- 3-controlar as transações financeiras da empresa;
- 4-fornecer subsídios para a tomada de decisões no planejamento da produção, dos investimentos, das vendas, etc.;
- 5-fornecer subsídios para as projeções de fluxos de caixa e necessidades de crédito;
- 6-permitir a comparação da performance da empresa no tempo e desta com outras empresas;
- 7-justificar a liquidez e capacidade de pagamento da empresa junto aos agentes financeiros e outros credores.

Nota-se que o sistema de informação contábil é um importante instrumento gerencial que pode proporcionar ao administrador inúmeras informações para uma administração mais segura.

As empresas rurais, de modo geral, não possuem um sistema de informação contábil. Pois, segundo SANTOS (1991), existe uma escassez de técnicas administrativas da empresa rural brasileira, cuja administração ocorre dentro de padrões de desempenho inaceitáveis ou seguindo critérios tradicionais.

Outro aspecto ligado à contabilidade é com relação a um sistema voltado tão só para finalidades fiscais, obedecendo aos dispositivos legais, o que contribui para a sua não utilização para fins gerenciais.

Para MICHELS (2000) as cooperativas, em virtude de suas características peculiares, necessitam de um sistema contábil que tenha condições de informar a real situação econômico-financeira das organizações aos seus associados, pois eles são responsáveis pela solvência da cooperativa.

Segundo o referido autor, a informação pode alterar comportamentos e para que os associados não se sintam enganados, os atos praticados pela cooperativa devem mostrar a verdadeira situação econômica e financeira da sociedade, pois dessa maneira haveria um relacionamento mais estreito e emocional tornando-se a cooperativa um reflexo da cultura, crença, valores e normas dos associados. Entretanto, essa relação de estreitamento torna-se possível se existir um sistema de informação contábil confiável.

A importância das informações contábeis se faz tanto para o sistema gerencial, onde embasa as tomadas de decisões, bem como um sistema de informação e controle dos próprios associados e usuários da cooperativa, visto que por meio dos demonstrativos contábeis-econômicos poderão conhecer mais a fundo a organização, tomar parte dos sucessos e problemas da empresa e agir com maior participação gerando, efetivo crescimento social. Segundo CRUZ FILHO (1995) é necessário construir um arquivo de informações contábeis que seja útil tanto para os usuários de nível técnico quanto para os cooperados tomarem decisões, pois dessa maneira se formaria um sistema de comunicação entre a cooperativa e os associados.

2.3 Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis das sociedades cooperativas devem se adaptar às normas da Lei nº 6.404/76, quanto ao tipo de demonstrações. No entanto, é considerado que nem todas terão a estrutura organizacional e contábil suficiente para estarem em consonância com as exigências desta Lei.

Para as cooperativas, as demonstrações obrigatórias seriam compostas pelo balanço patrimonial e pela demonstração do resultado do exercício. Porém, existem outros demonstrativos contábeis que não são obrigatórios e possuem características de uso gerencial, sendo importantes ferramentas utilizadas pelos administradores para tomarem decisões.

Segundo ABRANTES (1998) o Balanço Patrimonial é um demonstrativo financeiro que evidencia estaticamente a estrutura de capital da empresa em determinado momento. Além disso, mostra os efeitos dos fatos administrativos sobre os elementos patrimoniais fornecendo um resumo do que a empresa possui, em termos de ativo, e também o nível de endividamento em que a empresa se encontra. O balanço patrimonial é caracterizado pela seguinte equação de igualdade:

ATIVO = PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Nas Cooperativas, a Demonstração do Resultado do Exercício deverá ser apresentada de modo a identificar o resultado apurado por produto ou por setor. Deverá ser apresentada de forma vertical, apurando-se a sobra ou prejuízo por produto ou setor, de maneira a facilitar o rateio das sobras ou prejuízos acumulados.

A Demonstração do Resultado do Exercício é um demonstrativo contábil dinâmico que apresenta de forma resumida as operações da cooperativa, durante um exercício social. Ela possui a função de registrar as causas das mudanças patrimoniais em períodos de tempo determinados, permitindo uma comparação real entre origens e aplicações de recursos, buscando resultados precisos.

Através do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício, pode-se obter informações importantes e decidir sobre como alocar melhor os recursos, assim como saber a estrutura da cooperativa. Portanto, são ferramentas contábeis indispensáveis para a gestão de cooperativas.

A Demonstração do Fluxo de Caixa não é um demonstrativo contábil obrigatório para fins legais. Ela é exclusivamente de uso interno e representa as diversas movimentações financeiras relacionadas às atividades da empresa em determinado período de tempo. Seu uso se torna imprescindível para gerenciar a capacidade de liquidez da empresa, para honrar seus compromissos financeiros.

Segundo ASSAF NETO e SILVA (1995) uma adequada administração dos fluxos de caixa permite a obtenção de resultados positivos para a empresa.

A Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos indica as modificações ocorridas na posição financeira da empresa, permitindo aos usuários uma análise dessas alterações.

As demonstrações contábeis são ferramentas importantes no auxílio à administração de cooperativas. Elas permitem aos administradores decidirem sobre vários aspectos que influenciam a continuidade eficiente das operações da cooperativa.

Conforme FERREIRA NETO (2002) as demonstrações não esgotam o poder informativo do sistema de informação contábil, pois ele possui a capacidade de gerar diversos relatórios que permitirão, aos usuários internos, planejar, mensurar e avaliar o desempenho da organização.

3 METODOLOGIA

3.1 Estratégia de Coleta de Dados e Operacionalização dos dados

Primeiramente, pesquisou-se sobre as cooperativas agropecuárias que pertencem ao estado de Minas Gerais, usando-se o Anuário do Cooperativismo 2000 (publicação especializada que indica todas as cooperativas cadastradas na OCB), identificando quais e quantas eram e as cidades onde se localizavam.

Em seguida, foram obtidos dados sobre as cidades que fazem parte da região da Zona da Mata Mineira no Instituto de Geografia e Estatística (IBGE). De posse do número de cooperativas agropecuárias cadastradas na OCB pertencentes a Minas Gerais, e localizadas nas cidades que fazem parte da região da Zona da Mata, pôde-se encontrar um total de 20 cooperativas que fazem parte do universo em estudo. Dado o número de cooperativas existentes, pesquisou-se todo o universo.

Para a devida exploração e descrição dos dados foram utilizados questionários compostos de questões fechadas, de modo a facilitar as respostas e também a tabulação. Quando a questão o permitiu, foi adicionado um item final para

tornar possível a livre manifestação da pessoa que o responderia. De acordo com SILVA (2003) o questionário “*é um conjunto ordenado e consistente de perguntas a respeito de variáveis e situações que se deseja medir ou descrever*”, sendo, portanto, instrumento apropriado para o levantamento de dados visando à consecução da pesquisa.

Os dados foram tabulados utilizando-se o software Statistics Package for the Social Science (SPSS for Windows, versão 10.0). Utilizou-se de análises estatísticas como a frequência e cruzamentos de dados. Para melhor visualização dos dados obtidos por meio das análises, elaborou-se gráficos no EXCEL for Windows.

4 RESULTADO DA PESQUISA

4.1 Algumas informações sobre o administrador e tomador de decisões nas cooperativas e aspectos estruturais da área administrativa.

Para obter algumas informações sobre o perfil do administrador que toma decisões nas cooperativas que poderiam ter alguma relação com o uso de informações contábeis, questionou-se a respeito do nível de escolaridade e tempo de atuação na função que ocupa na atual cooperativa. O objetivo da questão, a partir desse conhecimento, é inferir se um maior grau de instrução permite melhor utilização das informações, principalmente as contábeis, necessárias para o gerenciamento da empresa.

Com relação à administração buscou-se detectar alguns elementos relacionados aos aspectos estruturais da mesma.

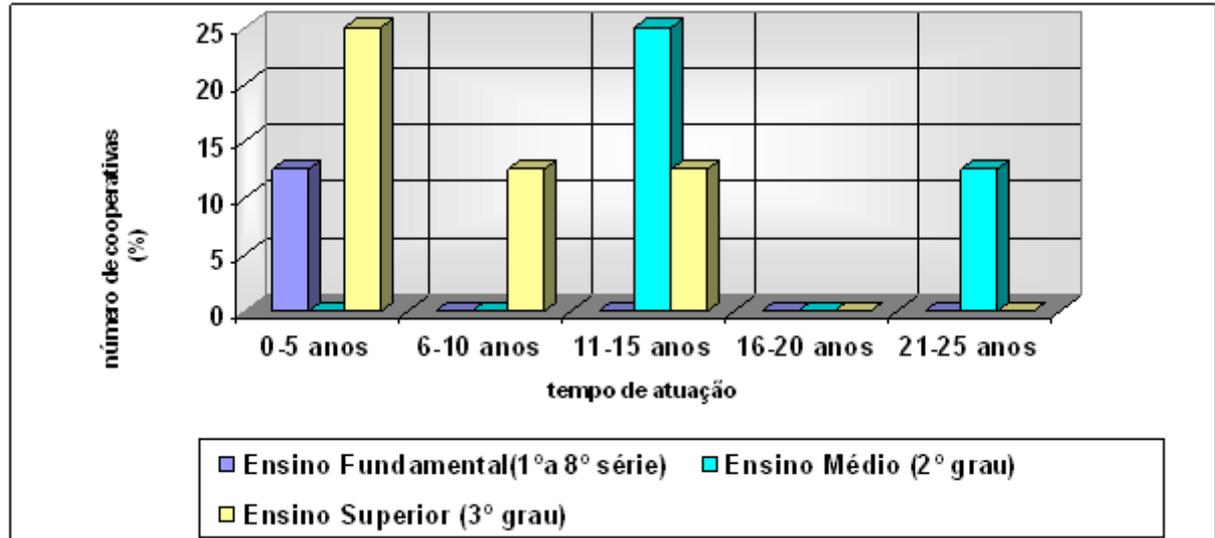
Considerando o nível de escolaridade do administrador da cooperativa e o tempo de atuação na atual função que ocupa, verificou-se que, das cooperativas pesquisadas, 50% possuem administradores com nível superior completo, 37,5 % possuem ensino médio completo e 12,5% possuem ensino fundamental. A maioria dos administradores apresenta um bom nível de escolaridade, o que lhes facilita interpretar a realidade que os cerca, sendo capazes de entender a importância do uso de informações no processo decisório. Apesar dos administradores possuírem bom grau de escolaridade, percebe-se que 50% das cooperativas não possuem gestores com formação acadêmica. Talvez, pela carência de profissionais especializados, o processo de tomada de decisões nas cooperativas, poderia ser com base em um elevado grau de intuição ao invés de ser fundamentado por critérios técnicos embasados por informações fornecidas pelos sistemas contábeis (Figura 1).

Outro fator importante a ser observado é o tempo de atuação dos administradores, que varia de cinco meses a 23 anos. Nota-se que a maioria das cooperativas pesquisadas contam com administradores experientes, pois 62,5% delas possuem em sua direção, administradores com mais de 10 anos de experiência.

Comparando o nível de escolaridade com o tempo de atuação, observa-se, pela Figura 1, que 37,5% da amostra estudada possuem administradores entre 0 a 5 anos de atuação, sendo 12,5% de formação de ensino fundamental (1ª a 8ª série) e 25% de ensino superior (3º grau). E ainda, 12,5% possuem administradores com formação superior e tempo de experiência variando de 6 a 10 anos.

Observa-se que 25% das cooperativas são administradas por gestores com formação de ensino médio (2º grau) e 12,5% por administradores com nível superior e que atuam na administração em períodos que vão de 11 a 15 anos. Percebe-se,

ainda, que 12,5% das cooperativas pesquisadas possuem administradores com um tempo de atuação entre 21 a 25 anos, sendo todos com formação de 2º grau.



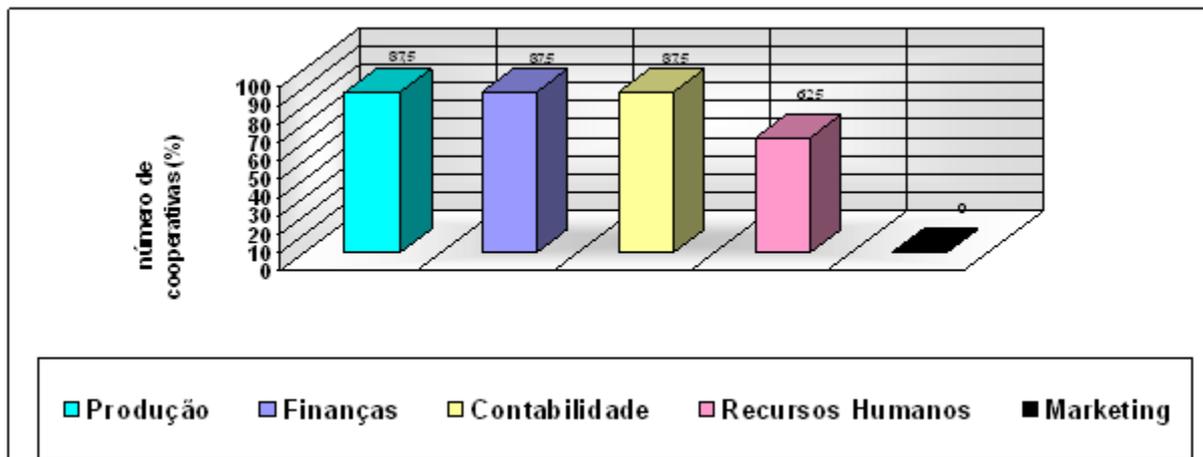
Fonte: Dados da pesquisa

FIGURA 1 - Distribuição percentual das cooperativas agropecuárias, de acordo com o nível de escolaridade do administrador da cooperativa e o tempo de atuação.

Nota-se que a maioria dos administradores com experiência acima de 11 anos são profissionais com formação de ensino médio (2º grau). Constatou-se que também existem administradores das cooperativas com formação de ensino fundamental (1ª a 8ª série), que correspondem a 12,5% do total de administradores.

Desse modo, pode-se verificar que 62,5% das cooperativas analisadas são compostas por administradores experientes, com mais de 10 anos de atuação que, todavia, não possuem formação especializada. Pelo tempo de experiência, esses gestores podem estar conscientes das necessidades de informações para gerir os negócios da cooperativa, necessitando que os profissionais da contabilidade forneçam relatórios que lhes facilitem a identificação de problemas e proporcionem condições para aprimoramento do processo de tomada de decisão. Por outro lado, embora o longo período de experiência seja fato, podem existir administradores que tomam as suas decisões apenas por intuição e sem fundamentá-las em critérios concretos.

Com relação a aspectos estruturais da administração, observa-se, na Figura 2, que 87,5% das cooperativas pesquisadas possuem um sistema administrativo informatizado nas áreas de produção, de finanças e de contabilidade. Também, do total dessas cooperativas, 62,5% possuem sistema administrativo informatizado na área de recursos humanos. Em relação à área de Marketing, não se obteve nenhuma resposta ao questionar sobre a existência de um sistema administrativo informatizado. Pode-se deduzir que a maior parte das cooperativas possui um sistema administrativo informatizado nas áreas contábeis e financeiras, o que possibilita e facilita a geração de maior volume de dados e informações, contribuindo de uma certa maneira com o processo administrativo.

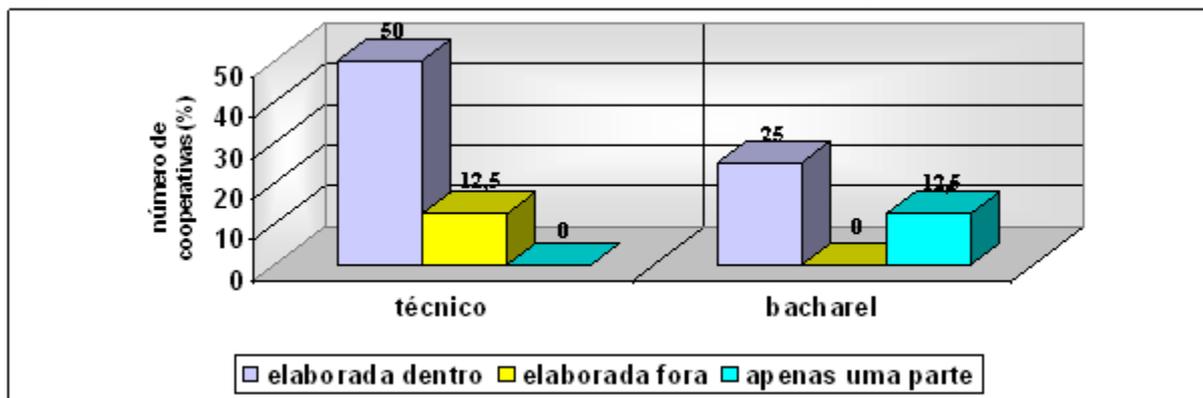


Fonte: Dados da pesquisa

FIGURA 2 – Distribuição percentual das cooperativas agropecuárias, de acordo com o sistema administrativo informatizado em suas diversas áreas.

4.2 Algumas características da Contabilidade.

Nesta seção são demonstradas algumas características da área contábil das cooperativas pesquisadas. Para tanto, procurou-se identificar a formação do responsável da Contabilidade e local onde a contabilidade é produzida.



Fonte: Dados da pesquisa.

FIGURA 3 – Distribuição percentual das cooperativas agropecuárias, de acordo com a formação do responsável pela contabilidade da cooperativa e a elaboração dos serviços contábeis.

De acordo com a Figura 3, verifica-se que 62,5% das cooperativas analisadas possuem como responsáveis pela área contábil, profissionais com formação de nível médio – Técnico em Contabilidade, e apenas 37,5% das cooperativas possuem contadores com formação de nível superior – Bacharel em Ciências Contábeis.

Por meio dessas informações, verifica-se que os contabilistas responsáveis pelos serviços contábeis de grande parte das cooperativas agropecuárias da Zona da Mata Mineira, que fizeram parte da pesquisa, são profissionais que devido a sua formação teórico-prática podem dar maior ênfase à prática contábil, o que os não desqualifica de suas funções. No entanto, em muitos casos, podem não dar tanta importância às fundamentações teóricas e aos instrumentos e técnicas contábeis modernas, que possibilitam elaborar uma diversidade de informações para o auxílio à tomada de decisão.

Comparando a formação do contabilista com o local de elaboração da contabilidade, observa-se que, das cooperativas pesquisadas, 75% possuem a

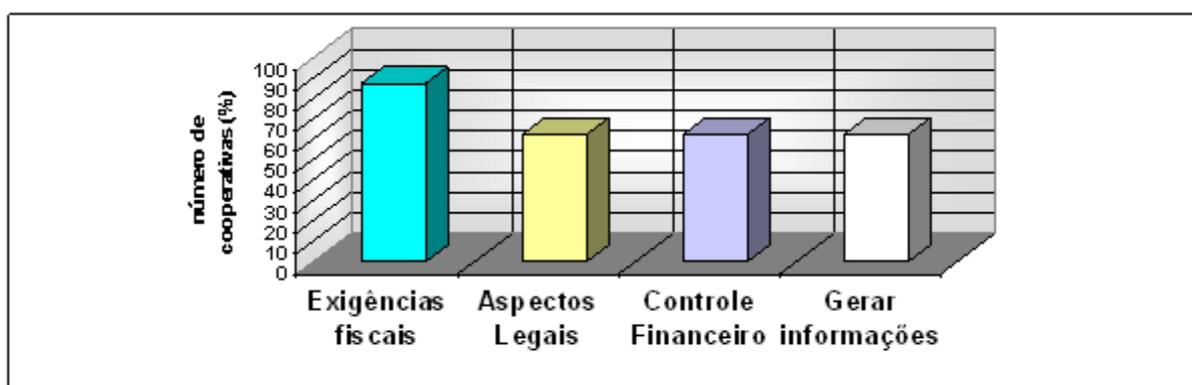
contabilidade feita internamente, sendo que 50% possuem como responsável pela área contábil, o Técnico em Contabilidade e 25% possuem como responsável pela área contábil o profissional com formação superior. Além disso, 12,5% da amostra pesquisada contam com serviços contábeis elaborados externamente, ou seja, efetuados por escritórios de contabilidade terceirizados, em que o contabilista possui formação técnica; e 12,5% elaboram os serviços parcialmente, ou seja, uma parte é feita internamente e a outra externamente à cooperativa, sendo os serviços elaborados por Bacharel em Ciências Contábeis.

Deve-se ressaltar que 75% das cooperativas pesquisadas não terceirizam o serviço contábil, preferindo realizá-lo internamente. Esse resultado evidencia a preferência das cooperativas pela realização da sua contabilidade, deixando transparecer a identificação, por parte dos gestores, dos benefícios advindos da internalização desses serviços.

Sendo os serviços contábeis elaborados internamente por grande parte das cooperativas, essa opção permite mostrar a importância das informações contábeis para os administradores, pois a medida que os profissionais da área contábil conhecerem melhor as atividades e o papel da cooperativa, habilitam-se a elaborar relatórios conforme a necessidade de conteúdo e em tempo apropriado para o processo decisório. Permite, ainda, ao profissional contábil dedicação exclusiva à cooperativa, dando-lhe condições de interpretar melhor a situação econômico-financeira da organização, bem como, além dos relatórios tradicionais, elaborar relatórios específicos e essenciais aos diversos usuários e aos ocupantes de cargos de chefia nas respectivas cooperativas.

Um importante questionamento feito as cooperativas referiu-se aos motivos da realização da contabilidade. Procura-se conhecer qual a opinião dos administradores sobre a contabilidade que os apóiam em suas decisões.

Percebe-se, por meio da Figura 4, que 87,5% das cooperativas que fazem parte do universo analisado, realizam a contabilidade por motivos de exigências fiscais. Faz-se aqui um questionamento importante, pois 12,5% dos entrevistados disseram não realizar a contabilidade por motivos fiscais, algo a se estranhar devido à exigência fiscal estabelecida pelos órgãos federais, estaduais e municipais. Em um país com elevada carga tributária, exige-se das organizações, procedimentos e cálculos necessários para se encontrar os valores pecuniários das contribuições tributárias. Desse modo, 100% das cooperativas deveriam ter motivos para elaborar uma contabilidade que atendesse os aspectos fiscais.



Fonte: Dados da pesquisa.

FIGURA 4 – Distribuição percentual das cooperativas agropecuárias, de acordo com os motivos da realização da contabilidade.

Em relação aos aspectos legais, verifica-se que 62,5% das cooperativas realizam a contabilidade também para atender a essa finalidade.

Outro aspecto relevante a se observar é que, ao contrário do que se pensava, as Cooperativas Agropecuárias pesquisadas não realizam a contabilidade apenas por motivos fiscais e legais, ou seja, para cumprimento das obrigações como processos burocráticos, cálculos de impostos, taxas e juros. Verificou-se que, além desses motivos, 62,5% das cooperativas realizam a contabilidade por motivos de controle financeiro e para gerar outras informações.

Ao contrário, conforme um trabalho divulgado no caderno de Temática Contábil do Boletim IOB, em 1982, citado por ARAÚJO (2002), mostra que a contabilidade realizada nas pequenas empresas tem o objetivo de atender a exigências fiscais e não é um instrumento útil para assessorar o administrador em suas decisões. Além disso, a referida pesquisa levantou problemas evidenciando que a contabilidade nem sempre mostra a realidade econômico-financeira da empresa e que não há interesse em se investir nos escritórios de Contabilidade, pois os benefícios decorrentes destes escritórios à empresa são considerados pequenos.

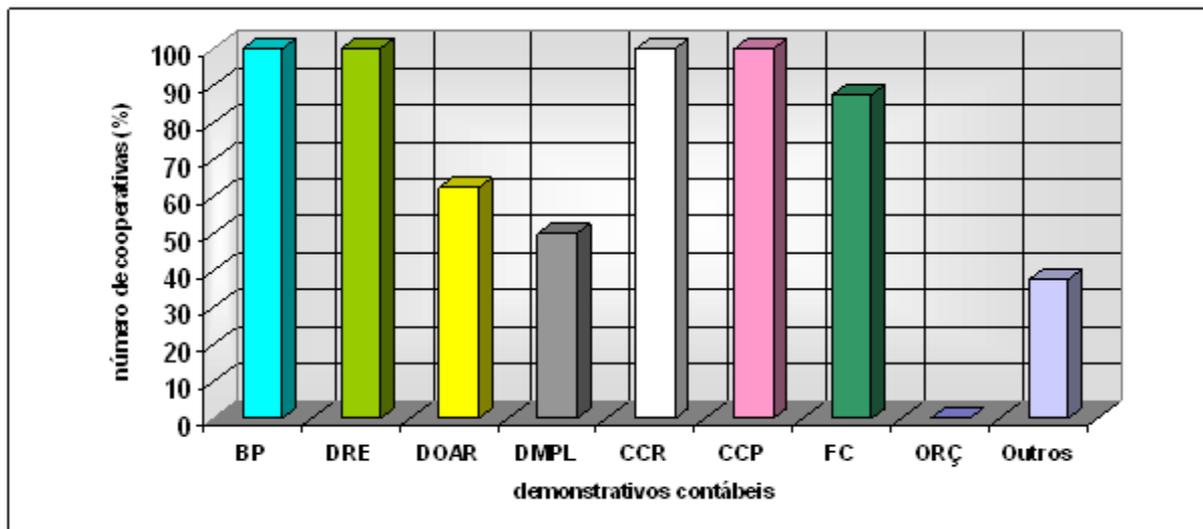
Desse modo, nota-se que existe uma diferença entre a realização da contabilidade nas pequenas empresas e nas cooperativas agropecuárias estudadas. Pode-se verificar que os administradores das cooperativas possuem interesse sobre o aspecto gerencial que a contabilidade pode proporcionar, pois as cooperativas não realizam a contabilidade somente para atender a fiscalização tributária e fatos legais, mas dão importância aos motivos de controle financeiro e à geração de informações. É importante ressaltar que no escopo desta pesquisa não se identificou os relatórios específicos mencionados pelos entrevistados.

Talvez, por apresentar uma estrutura administrativa peculiar e diferente de empresas de capital, as cooperativas possuem diversos problemas que impedem uma gestão estruturada para gerar informações gerenciais mais apuradas. Apesar das cooperativas não possuírem um sistema de informação contábil eficiente para administrarem melhor suas atividades e negócios, percebe-se, que elas, para enfrentarem a competitividade do mercado, estão dando maior importância para as informações que a contabilidade pode proporcionar, pois estas podem ser viáveis em termos de custos para a cooperativa ao invés de implantarem um sistema de informação mais sofisticado.

4.3 Informações contábeis

Nesta seção serão evidenciados dados com relação ao uso de informações contidas nos relatórios contábeis que são usadas pelos administradores das Cooperativas Agropecuárias da Zona da Mata Mineira, que fizeram parte da pesquisa, para tomarem decisões em diversos aspectos.

Primeiramente, questionou-se sobre quais relatórios contábeis a contabilidade fornecia para os usuários responsáveis pela administração das cooperativas. A seguir, na Figura 5, pode-se visualizar os resultados.



Fonte: Dados da pesquisa.

FIGURA 5 – Distribuição percentual das cooperativas agropecuárias, de acordo com os relatórios elaborados pela contabilidade das cooperativas.

De acordo com os dados da Figura 5, nota-se que os demonstrativos contábeis considerados obrigatórios por lei - Balanço Patrimonial (BP) e Demonstração dos Resultados do Exercício (DRE) ou Demonstrativo de Sobras e Perdas - são fornecidos pela contabilidade para todas as cooperativas que compõem a amostra pesquisada. Além disso, o Demonstrativo de Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) é realizado por 62,5% das cooperativas e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) por 50% do universo pesquisado.

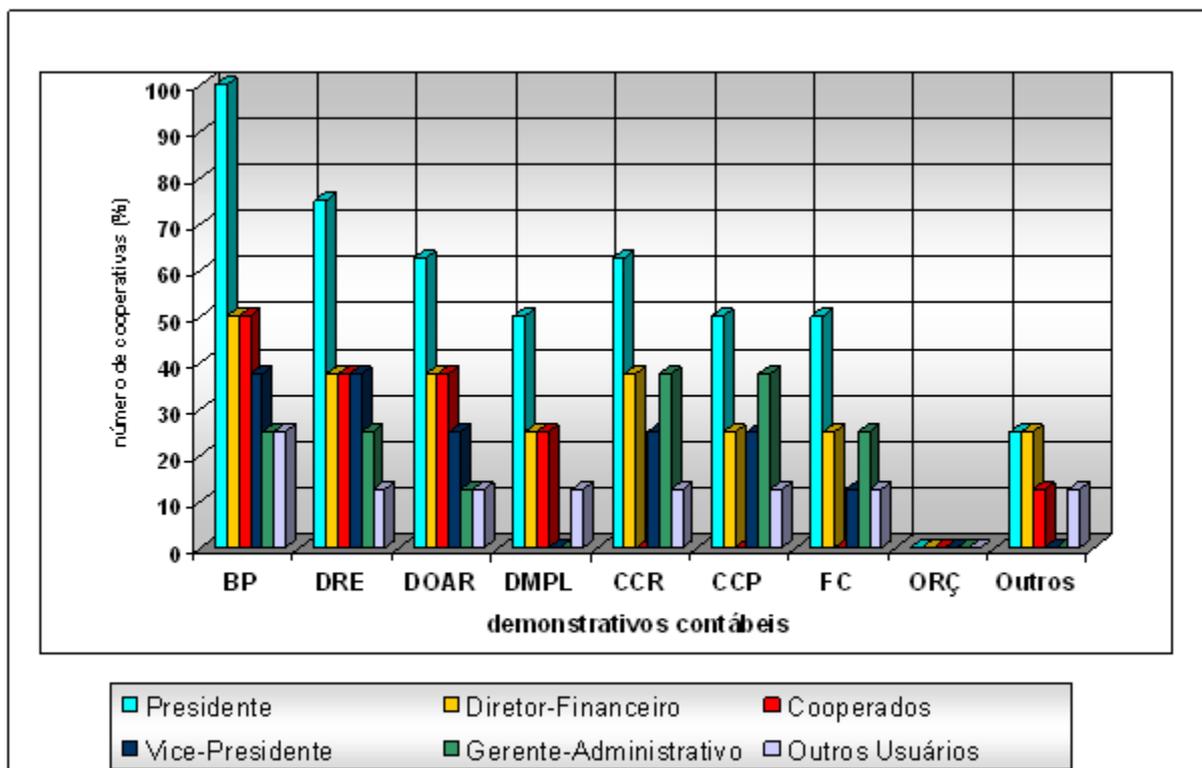
Nota-se, também, que as cooperativas recebem das suas respectivas contabilidades relatórios que não possuem obrigatoriedade legal e são considerados importantes para se obter informações mais apuradas, tendo estes características gerenciais.

Dos relatórios gerenciais, percebe-se que 100% das cooperativas recebem o Controle de Contas a Receber (CCR) e o Controle de Contas a Pagar (CCP). O Fluxo de Caixa (FC) é recebido por 87,5% das cooperativas e o Orçamento (ORÇ) é um relatório que não é utilizado, pois nenhuma das cooperativas o realiza.

Desse modo, verifica-se que a contabilidade, além de elaborar e fornecer os relatórios contábeis tradicionais, também elabora relatórios gerenciais.

Pode-se observar que as cooperativas buscam informações mais específicas que revelam dados mais confiáveis sobre seus negócios e suas atividades, não se contentando apenas com o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício.

Na Figura 6 observa-se quais usuários recebem os relatórios contábeis fornecidos pela contabilidade.



Fonte: Dados da pesquisa

FIGURA 6 – Distribuição percentual das cooperativas agropecuárias, de acordo com o encaminhamento dos relatórios contábeis para os diversos usuários.

Observa-se que dos principais usuários das informações contábeis das cooperativas analisadas, o Presidente é o que mais recebe os relatórios fornecidos pela contabilidade, pois 100% das cooperativas encaminham a este usuário o Balanço Patrimonial (BP), 75% a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), 62,5% a Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) e 50% encaminham a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL). Além disso, verifica-se que as cooperativas também enviam ao Presidente, relatórios gerenciais, pois 62,5% da amostra pesquisada encaminham a ele o Controle de Contas a Receber (CCR) e 50% enviam o Controle de Contas a Pagar (CCP) e o Fluxo de Caixa (FC).

Além do Presidente, observa-se que entre os demais usuários das informações contábeis identificados na Figura 6, o Diretor Financeiro é o que recebe mais relatórios, mas os números não são expressivos, pois 50% das cooperativas pesquisadas encaminham a este usuário o Balanço Patrimonial, 37,5% enviam a Demonstração do Resultado do Exercício e a Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos e 25% a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. Dos relatórios gerenciais, 37,5% das cooperativas enviam o Controle de Contas a Receber e apenas 25% encaminham o Controle de Contas a Pagar e o Fluxo de Caixa.

Percebe-se, também, que menos de 40% das cooperativas analisadas, encaminham os relatórios fornecidos pela contabilidade para o Vice-Presidente e Gerente Administrativo.

Nota-se que os principais responsáveis pela administração das cooperativas pesquisadas não recebem os relatórios contábeis. Apesar de constatar que o Presidente é o principal usuário das informações contábeis, identificando que 100%

das cooperativas lhe enviam o Balanço Patrimonial. Verificou-se, também, que relatórios importantes para o processo decisório como a DRE, DOAR e DMPL não são recebidos por boa parte desses usuários. Poderia o Presidente estar amparado por outros usuários para decidir algo, mas constatou-se que o responsável pela área financeira, que poderia assessorar o Presidente em suas decisões, não recebe devidamente os relatórios. Cabe questionar, então, porque o responsável da área financeira não recebe relatórios que mostram a situação financeira da cooperativa. E quais são os instrumentos que apóiam estes usuários a conduzir os negócios e atividades da cooperativa.

Além disso, verificou-se que o Vice-Presidente e o Gerente Administrativo que possuem importantes papéis na conduta administrativa das cooperativas, não recebem importantes relatórios que os auxiliariam na execução de seus trabalhos, pois mais de 60% das cooperativas não enviam os relatórios contábeis a estes usuários.

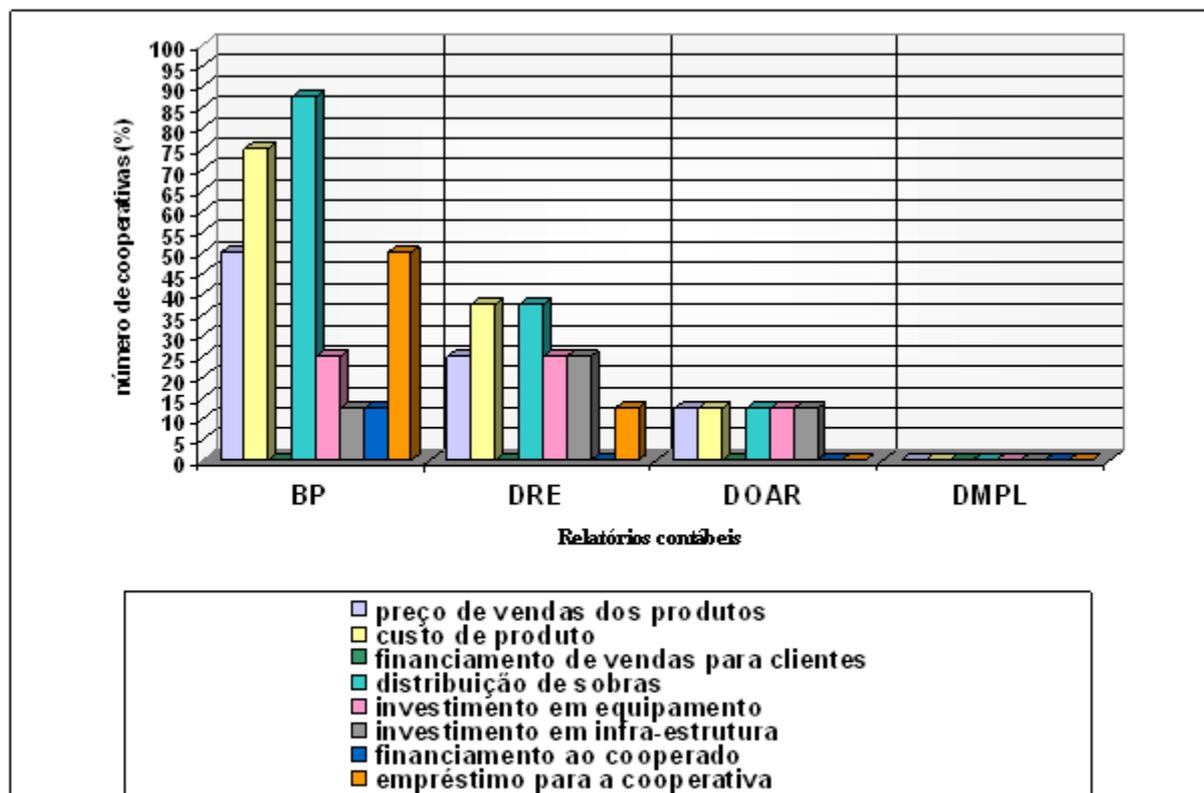
Identificou-se também que as cooperativas encaminham aos cooperados apenas os relatórios tradicionais. Mesmo assim, esses não os recebem devidamente, pois mais de 50% das cooperativas analisadas, não os fornecem aos seus cooperados, principais responsáveis pela solvência da cooperativa. Porém, mesmo identificando que grande parte das cooperativas não envia tais relatórios aos cooperados, não se pode dizer que essas informações não sejam apresentadas a eles, ou seja, não é possível constatar que os cooperados não saibam da real situação econômica e social das cooperativas a que são associados.

Em relação aos relatórios mais enviados, verifica-se que o Balanço Patrimonial é o que possui maior importância, pois é o único a ser enviado por 100% das cooperativas ao seu Presidente. A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) ou Demonstração de Sobras e Perdas é o segundo relatório mais encaminhado, pois 75% das cooperativas o encaminham ao Presidente.

Sendo o Presidente o principal receptor dos relatórios contábeis, e os demais usuários não receberem todos os relatórios, se torna provável que o processo decisório nas cooperativas pesquisadas seja centralizado, indicando que, apesar da contabilidade elaborar diferentes relatórios, o sistema de informações contábeis não é eficiente, pois não atende as diversas áreas administrativas, assim como os diversos níveis de chefia.

Para se ter uma melhor idéia da utilização do uso das informações contábeis no auxílio a tomada de decisões de curto e longo prazo, representou-se na Figura 7 os usos dos relatórios contábeis.

No que tange à utilização de relatórios tradicionais como instrumento para se decidir sobre as atividades e negócios das Cooperativas Agropecuárias da Zona da Mata Mineira, percebe-se que a maioria deles não é utilizado para auxílio e tomada de decisões pelos administradores das cooperativas (Figura 7).



Fonte: Dados da pesquisa.

FIGURA 7 – Distribuição percentual das cooperativas agropecuárias, de acordo com o uso de relatórios contábeis para se decidir diversos fatores.

Verifica-se que o relatório mais utilizado é o Balanço Patrimonial (BP), cuja característica é refletir a posição financeira em determinado momento, normalmente no final do ano ou de um período prefixado. Considerando decisões de curto prazo, o Balanço Patrimonial não seria o melhor relatório para se obter informações rápidas e precisas, pois reflete informações estáticas. Porém, verifica-se que ele é utilizado por 87,5% das cooperativas pesquisadas para se distribuir sobras aos cooperados, 75% o utilizam para analisar os custos de produção e 50% para decisão sobre o preço de venda dos produtos. Percebe-se, então, que para decisões de curto prazo, as cooperativas estão utilizando o Balanço Patrimonial que não seria o melhor instrumento para esse fim, podendo resultar em decisões equivocadas.

Em relação às decisões de longo prazo, em que o Balanço Patrimonial teria aplicação mais adequada, verifica-se que ele não é muito utilizado. Observa-se que apenas 50% das cooperativas utilizam o Balanço Patrimonial para decisões sobre obtenção de empréstimos para a cooperativa, 25% para investimento em equipamento e 12,5% em investimento em infra-estrutura e financiamento ao cooperado.

Outro relatório importante, que mostra os resultados do desempenho das organizações, é a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) ou Demonstração de Sobras e Perdas. Ele é considerado um dos mais importantes, pois contém informações mais dinâmicas a respeito dos fatos administrativos e ainda indica eficiência administrativa, mostrando se as organizações obtiveram resultados positivos ou negativos. Percebe-se que as cooperativas pesquisadas não utilizam esse relatório para tomarem decisões de curto prazo, apenas 25% do universo pesquisado o utilizam para decidir sobre preço de venda dos produtos e 37,5% para distribuição de sobras aos cooperados e análise da produção. Para se decidir sobre

aspectos de longo prazo, observa-se, que mais de 75% das cooperativas agropecuárias estudadas não fazem uso adequado das informações contábeis da DRE, pois apenas a 25% utilizam para decisões relacionadas a investimento em equipamento e em infraestrutura e 12,5% para captação de empréstimo pela cooperativa.

A Demonstração de Origens e aplicações de Recursos (DOAR), que ajuda a compreender como e por que a posição financeira mudou de um exercício para o outro, que, em muitos casos, poderia fornecer informações mais precisas em relação ao Balanço Patrimonial e à Demonstração do Resultado do Exercício, é utilizada por apenas 12,5% das cooperativas pesquisadas para tomarem decisões de curto e longo prazo sobre os elementos que envolvem os negócios da cooperativa.

Verificou-se, então, que as cooperativas agropecuárias que fizeram parte da pesquisa, não utilizam eficientemente, as informações contidas nos relatórios tradicionais, para tomarem decisões de curto e longo prazo a respeito de fatores que afetam suas atividades e negócios. E, ainda, constatou-se, que os principais aspectos relacionados à gestão das cooperativas que são decididos com o auxílio de relatórios contábeis são a distribuição de sobras aos cooperados, preço de venda e custo de produção, sendo o Balanço Patrimonial o relatório mais utilizado.

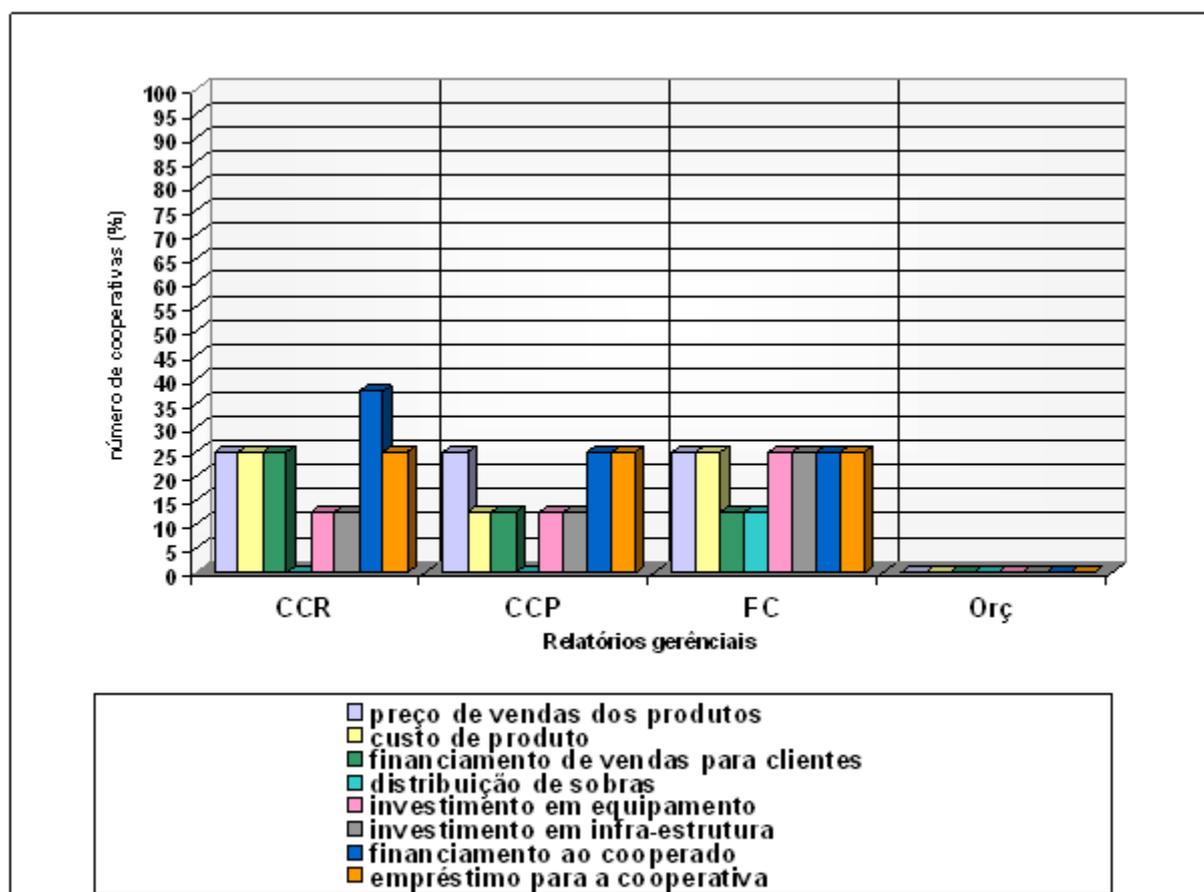
Observa-se, pela Figura 8, que os relatórios gerenciais que poderiam conter informações mais específicas e essenciais para gerenciar os negócios e atividades das cooperativas, não são utilizados, de modo geral, por mais de 70% das cooperativas pesquisadas.

O Controle de Contas a Receber (CCR) que propicia ao administrador identificar quais os recursos que a cooperativa poderia obter em situações em curto prazo, é pouco utilizado para se decidir sobre situações de curto prazo. Nota-se que 25% das cooperativas pesquisadas o utilizam para decidir sobre preço de venda dos produtos, custo dos produtos e financiamento de vendas e, ainda, que não é utilizado para distribuir sobras aos cooperados. Em relação às decisões de longo prazo, verifica-se que 37,5% das cooperativas utilizam o CCR para decidir sobre financiamento ao cooperado, 25% para empréstimo para a cooperativa e 12,5% para investimento em equipamento e em infraestrutura.

O Controle de Contas a Pagar (CCP) que propicia ao administrador identificar quais as obrigações financeiras de curto prazo que a cooperativa teria que liquidar, assim como o Controle de Contas a Receber, é pouco utilizado para tomar decisões. Em relação às decisões de curto prazo, observa-se que 25% das cooperativas tomam decisões com base no Controle de Contas a Pagar para se decidir sobre preço de vendas dos produtos, 12,5% o utilizam para financiamento de venda para clientes e custo do produto e, para distribuir sobras aos cooperados, não é utilizado por nenhuma cooperativa pesquisada. Em relação às decisões de longo prazo, identifica-se que 25% das cooperativas utilizam o CCR para decidir sobre empréstimo para a cooperativa e financiamento ao cooperado, 12,5% para investimento em equipamento e em infraestrutura.

A Demonstração de Fluxo de Caixa (FC) propicia ao administrador um melhor planejamento financeiro, pois evidencia entradas e saídas de recursos financeiros no caixa da entidade. Nota-se que o FC também é um relatório pouco utilizado pelos administradores para decidir sobre aspectos de curto e longo prazo relacionados aos negócios e atividades da cooperativa, pois, mais de 70% das cooperativas não o utilizam no processo decisório. Para decisões de curto prazo, 25% o empregam para decidir sobre preço de vendas dos produtos e custos dos produtos, 12,5% para financiamento de vendas aos clientes e distribuição de sobras aos cooperados. Para

decisões de longo prazo, identificou-se que apenas 25% das cooperativas pesquisadas tomam como base o FC.



Fonte: Dados da Pesquisa

FIGURA 8 – Distribuição percentual das cooperativas agropecuárias, de acordo a utilização de relatórios gerenciais no auxílio a tomada de decisão.

Pelos dados obtidos, pode-se constatar que os relatórios gerenciais não são muito utilizados para decisões de curto e longo prazo relacionadas aos negócios e atividades da cooperativa, pois mais de 70% das cooperativas não tomam decisões com base nas informações contidas nos relatórios. Talvez, às informações contidas nos relatórios não seja atribuída confiabilidade e os administradores das cooperativas não saibam das importantes informações contidas nos relatórios que proporcionam decisões mais fundamentadas e seguras.

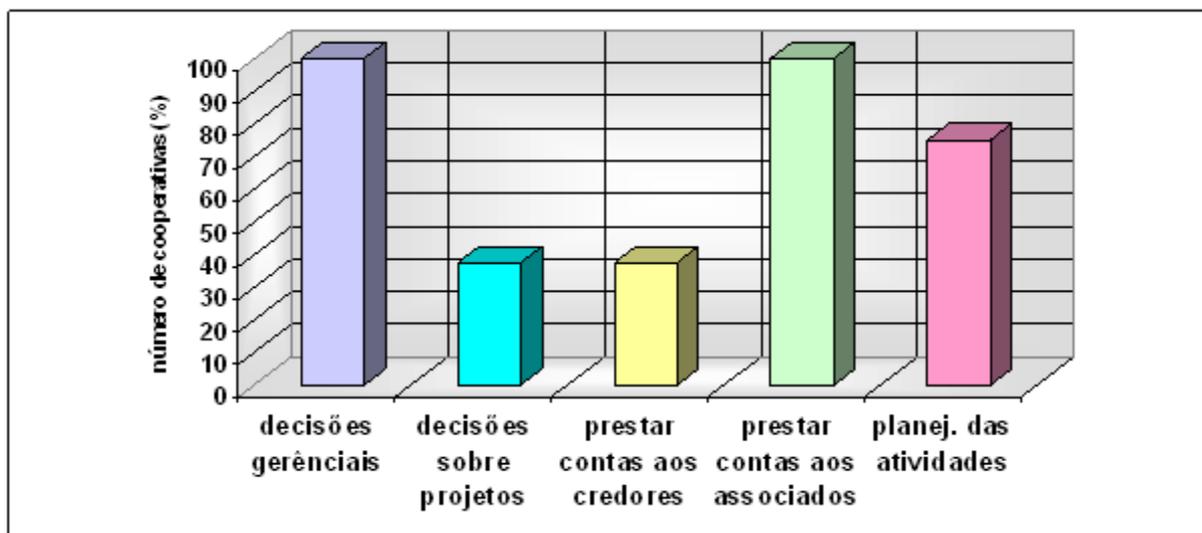
Questionado a respeito do fornecimento e quais os relatórios específicos que a contabilidade fornece para atender necessidades específicas da administração da cooperativa, observou-se, que 75% das cooperativas pesquisadas recebem algum tipo de relatório específico, sendo estes relacionados aos associados, faturamento de leite, controle de café, estoque de mercadoria, inadimplência de cooperados e demonstração de extrato bancário.

Para complementar o questionamento feito sobre o fornecimento de relatórios específicos, perguntou-se, sobre a freqüência de emissão destes.

Constatou-se que 75% das cooperativas agropecuárias pesquisadas recebem da contabilidade os relatórios mensalmente.

Também foi questionado se o administrador utilizava as informações contidas nos relatórios contábeis em geral e nos específicos para o gerenciamento da cooperativa.

Verificou-se que 100% das cooperativas agropecuárias pesquisadas fazem algum uso das informações contidas nos relatórios contábeis e específicos para decisões gerenciais e prestação de contas aos associados. Além disso, 75% das cooperativas utilizam as informações para planejar as atividades, 37,5% para decisões sobre projetos e prestação de contas aos credores (Figura 9).



Fonte: Dados da Pesquisa.

FIGURA 9 – Distribuição percentual das cooperativas agropecuárias, de acordo com o uso de informações contábeis contidas nos relatórios contábeis e específicos.

Diante desses fatos, pode-se, inferir que as informações contábeis contribuem como instrumento auxiliar nas decisões das cooperativas. Porém, o sistema contábil das cooperativas agropecuárias pesquisadas é falho, pois, conforme os dados percentuais apresentados na Figura 6, a maioria das cooperativas centraliza o processo decisório nas mãos do Presidente. Adicionalmente, verificou-se que os relatórios contábeis não são utilizados de maneira eficiente para se decidir sobre fatores que afetam as atividades e negócios da cooperativa, pois o relatório mais utilizado é o Balanço Patrimonial (BP), que contém informações a respeito da posição patrimonial, dados estáticos, e é emitido semestralmente ou anualmente.

Também deve ser evidenciada a preocupação sobre o processo decisório nas cooperativas tendo em vista que, pelos dados obtidos, o Vice-Presidente, o Diretor Financeiro, o Gerente Administrativo, que através da análise dos relatórios contábeis poderiam fornecer subsídios para nortear as decisões das cooperativas, deixam de receber importantes informações da contabilidade.

Deve-se ressaltar, entretanto, que esta pesquisa identificou a preocupação das cooperativas em utilizar informações contábeis para fins gerenciais. Essa constatação deve-se aos relatórios gerenciais produzidos pelas organizações pesquisadas. Resta direcionar e utilizar de forma eficiente esses instrumentos para que possam desempenhar o papel que lhes cabe – o de subsidiar as decisões.

5 CONCLUSÕES

Quanto às cooperativas agropecuárias da Zona da Mata Mineira pode-se concluir, com base no resultado desta pesquisa, que 62,5% das cooperativas analisadas são compostas por administradores experientes com mais de 10 anos de exercício de atividade, porém não possuindo formação especializada.

Verificou-se, também, que 87,5% das cooperativas possibilitam aos funcionários da área administrativa desempenhar as funções com o auxílio de um sistema administrativo informatizado, principalmente na área contábil e financeira.

Quanto aos serviços contábeis realizados pelas cooperativas, identificou-se que 75% realizam a contabilidade não apenas por motivos obrigatórios, mas também por motivos gerenciais. Além disso, nota-se que as cooperativas (75%) que dão importância aos motivos gerenciais preferem manter o serviço contábil sendo realizado dentro da sua própria estrutura administrativa e, ainda, 62,5% dos responsáveis pela área contábil das cooperativas possuem formação de nível médio - Técnico em Contabilidade.

Constatou-se que o Presidente da cooperativa é o principal recebedor dos relatórios contábeis. Desse modo, é provável que o processo decisório nas cooperativas pesquisadas seja centralizado, indicando que a assembléia das cooperativas que se caracteriza como órgão máximo de decisão, pode ficar limitada à homologação das decisões tomadas anteriormente pela alta administração. Além disso, apesar de a contabilidade elaborar diferentes relatórios, o sistema de informações contábeis não é eficiente, pois não atende às diversas áreas administrativas, assim como os diversos níveis de chefia.

Com relação ao uso de informações contábeis contidas nos relatórios tradicionais e gerenciais para auxílio no processo de tomada de decisões, constatou-se que as cooperativas agropecuárias, que fizeram parte da pesquisa, não utilizam eficientemente as informações como base para decisões de curto e longo prazo a respeito de fatores que afetam seus negócios. Desse modo, deixam de se beneficiar das informações contábeis como importante ferramenta para auxiliar na gestão e planejamento das suas atividades.

Em relação aos relatórios específicos, observou-se que 75% das cooperativas pesquisadas emitem mensalmente algum tipo de relatório específico.

Apesar de as cooperativas afirmarem que realizam relatórios específicos e que estes servem, de uma certa forma, para tomar decisões gerenciais, na verdade, verificou-se que os relatórios contábeis são pouco utilizados para auxiliar o administrador a tomar decisões sobre os diversos aspectos dos negócios da cooperativa. Desse modo, o administrador toma decisões de forma subjetiva, com base na experiência e na intuição, em vez de sustentadas em critérios e dados técnicos.

Na era da informação, num mundo competitivo, a decisão racional, criteriosa e técnica, vêm preponderando sobre a intuição. Num cenário de maior competição, uma decisão com base em informações incompletas e ou insuficientes pode resultar no comprometimento da continuidade da organização, no descrédito da administração, enfim, ter conseqüências indesejáveis para a administração e para seus os cooperados.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANTES, L. A. **Tipificação e caracterização dos produtores rurais através da utilização de informações contábeis**. Lavras: UFLA, 1998. 70p. (Dissertação de Mestrado).

ASSAF NETO, A. e SILVA, A. T. **Administração do capital de giro**. São Paulo: Atlas, 1995.

ANUÁRIO DO COOPERATIVISMO BRASILEIRO. Brasília: Organização das Cooperativas Brasileiras, 2000.

ARAÚJO, O. C. **A utilização de informações contábeis para o processo de gestão de organizações do terceiro setor situadas na Estado do Ceará**. São Paulo: FEA/USP, 2002. 163p. (Dissertação de Mestrado).

CFC – Conselho Federal de Contabilidade <http://www.cfc.org.br>.

CHANDLER, A. D. **Ensaio para uma teoria histórica da grande empresa**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

CRUZ FILHO, H. **Informação contábil como fator de estímulo à participação na cooperativa**. Viçosa: UFV, 1995. 84 p. (Dissertação de mestrado).

FERREIRA NETO, B. J. **Informações contábeis em pequenas empresas: estudo exploratório na cidade de Goiânia**. São Paulo: FEA/USP, 2002. 151p. (Dissertação de mestrado).

IBGE <http://www.ibge.com.br>.

MICHELS, V. **Contabilidade e gestão em cooperativas agrícolas: uma contribuição à análise das funções da contabilidade como sistema de informação no auxílio a autogestão e formação de capital**. São Paulo. FEA/USP, 1995 (Dissertação de Mestrado).

MICHELS, V. **Uma contribuição à análise dos princípios de administração financeira aplicados a sociedades cooperativas de produção agrícola**. São Paulo. FEA/USP, 2000 (Tese de Doutorado).

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS – OCB, 2001/2002.
<http://www.ocb.com.br>.

SANTOS, M. R. S. M dos **Contabilidade Rural : um enfoque gerencial**. Piracicaba: ESALQ, 1991. 275p. (Dissertação de Mestrado).

SILVA, A. C. R. de **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade: orientações de estudos, projetos, relatórios, monografias, dissertações, teses**. São Paulo: Atlas, 2003. 181p.